



1 PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
2 CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL - CMDUA  
3  
4

ATA 2618

1 Aos **04 (quatro)** dias do mês de **novembro** de **2014** (dois mil e quatorze), reuniram-se, em caráter **ordinário**,  
2 2na Sala de Reuniões do sexto andar da sede das Secretarias de Obras e Viação e do Urbanismo Municipal, à  
3 Avenida Borges de Medeiros, 2244, às 18:25 (dezoito horas e vinte e cinco minutos), os membros do  
4 Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA). **Compareceram:** Dando início à  
5 sessão, **Cristiano Tatsch**, Secretário da Secretaria Municipal de Urbanismo (SMURB); **José Francisco**  
6 **Rodrigues Furtado**, titular do Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB); **Julio Cesar Miranda**,  
7 titular da Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC); **Jussara Pires**, primeira suplente da  
8 Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (Metroplan); **Jorge Melo**, titular do Gabinete  
9 do Prefeito (GP); **Sandra Laufer**, titular da Secretaria Municipal de Urbanismo (SMURB); **Roberto Maciel**,  
10 titular da Secretaria de Gestão (SMGES); **Luciano Cé**, titular da Secretaria Municipal de Obras e Viação  
11 (SMOV); **Marcos Profes**, titular da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM); **Fabiana Figueiró**,  
12 titular da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária Ambiental (ABES); **José Euclésio dos Santos**, Vice  
13 Presidente pelas Entidades Não-Governamentais, Conselheiro titular da Associação Gaúcha de Direito  
14 Imobiliário Empresarial (AGADIE); **Jorge Diogo de Jesus**, primeiro suplente, e **Sérgio Saffer**, segundo  
15 suplente da Associação Riograndense dos Escritórios de Arquitetura (AREA); **Anelise Cancelli**, titular do  
16 Instituto Urbano Ambiental (IUA); **Sérgio Koren**, primeiro suplente do Sindicato das Indústrias da Construção  
17 Civil (SINDUSCON); **Rogério Tubino Dalmolin**, primeiro suplente do Sindicato dos Corretores de Imóveis  
18 (SINDIMÓVEIS); **Jorge Larré**, titular do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil (STICC); **Diogo**  
19 **Schiaffino**, titular da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul (SERGS); **Alan Tabile Furlan**, titular,  
20 e **Roberto Raul Jakubaszko**, primeiro suplente da Região de Gestão de Planejamento Um (RGP 1); **Luis**  
21 **Carlos Pires dos Santos**, titular da Região de Gestão de Planejamento Três (RGP 3); **Clarita Parizotto**,  
22 titular da Região de Gestão de Planejamento Quatro (RGP 4); **Paulo Jorge Amaral Cardoso**, titular da  
23 Região de Gestão de Planejamento Cinco (RGP 5); **Anadir Lourdes Alba**, titular, e **José Ronaldo Leite**,  
24 primeiro suplente da Região de Gestão de Planejamento Seis (RGP 6); **Rodrigo Vicente**, titular, e **Diaran**  
25 **Laone Camargo**, segundo suplente da Região de Gestão de Planejamento Sete (RGP 7); **Rosane de Marco**,  
26 titular, e **Luis Carlos Borges de Castro**, primeiro suplente da Região de Gestão de Planejamento Oito (RGP  
27 278); **Alceu Rosa**, titular do Orçamento Participativo, Temática Habitação, Organização da Cidade, e  
28 Desenvolvimento Urbano Ambiental (OP - HOCDUA), e **Ana Paula Tomasi**, Secretária Executiva, e relatora  
29 dos trabalhos. **Presidente** fez a abertura da sessão e deu início à **Votação da Ata**. Não foram solicitadas  
30 correções à ata da última reunião. A mesma foi colocada em votação e foi aprovada, recebendo uma  
31 abstenção e os demais favoráveis. **Ata aprovada**. **Presidente** Cristiano deu início à **Ordem do Dia**. **tem**  
32 **Três Ponto Um**. **APRESENTAÇÃO - Estações de Rádio Base – ERBs / Antenas de Celulares –**  
33 **Presenças: Comissão de Análise Urbanística e Ambiental das Estações de Rádio Base – CAUAE e**  
34 **Ministério Público – MP**. Compareceu à sessão, para apresentar a Lei de Antenas de Celulares, o Gabinete  
35 de Desenvolvimento e Assuntos Especiais – GADES, nas pessoas de: Glênio Boher, Secretário em  
36 Exercício, e Carlos Vicente B. Gonçalves, Gerente de Projetos. Gerente **Vicente** (GADES) deu início à  
37 explanação, apresentou-se e ao Gabinete de Desenvolvimento, apresentou o tema telefonia, projetou  
38 imagens. Explanou sobre a evolução do sistema de comunicação e telefonia. Falou sobre a discussão sobre  
39 os possíveis malefícios à saúde, dúvidas ao longo dos tempos, última legislação de 2002, necessidade de  
40 atualização, para acompanhar a evolução, mostrou equipamentos antigos e atuais, detalhou. Evolução da  
41 tecnologia, hoje equipamentos que antes interferiam no sinal do celular e vice-versa já não interferem mais.  
42 Prefeitura constituiu grupo de trabalho com PGM, SMAM, SMURB, SMS, PROCEMPA e GADES, que fez  
43 diversos contatos para melhor compreender o tema, Ministério das Comunicações, MP do Meio Ambiente,  
44 Anatel, Universidades, Cientistas e Estudiosos, Sindicato de Engenheiros de Porto Alegre, CPQD, Centro de  
45 Pesquisa e Desenvolvimento de Telefonia, Operadoras licenciadas, Sindicato das Operadoras, e das  
46 empresas que instalam os equipamentos, bem como Assembléia e Câmara dos Vereadores, de forma a  
47 viabilizar compreender diversos aspectos para atualização, principio da precaução destacado, detalhou  
48 trabalhos realizados e conclusões, culminando em nova legislação. Aprendizagem: a segurança da saúde  
49 depende de medição da radiação emitida, até então o entendimento era o da distância do equipamento,  
50 referiu exemplos ilustrativos que geram o superaquecimento do aparelho e possível prejuízo á saúde. Referiu  
51 a questão da falta de sinal e antenas nas estradas, deu detalhes, a questão das distâncias acaba se dando  
52 mais em consideração aos aspectos urbanísticos do que de saúde, informou que Porto Alegre mantém a  
53 medição da legislação anterior, limitando em dez por cento da medição aceitável no mundo e no Brasil.  
54 Projeto foi aprovado pela Câmara e os 45 dias para a vigência vencem no próximo dia 17 (dezesete). Falou  
55 sobre as principais mudanças, manutenção do principio da precaução, mantendo locais críticos  
56 recomendações diferenciadas, medição do campo magnético 10 vezes mais restritivo que o Brasil, permitido  
57 utilização só de equipamento homologados pela ANATEL, exceto para Wi-fi, e mimetismo com o meio  
58 urbano, utilização da estrutura com pagamento para prefeitura a partir da instalação sobre equipamentos  
59 públicos, exemplificou, mediante devidos licenciamentos, baixo impacto visual. Falou sobre a tecnologia 3G e  
60 necessidade de mais torres, ou seja, ERBs, para a viabilidade de sistema 4G, em POA, em áreas mais



1 PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
2 CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL - CMDUA  
3  
4

ATA 2618

1 rarefeitas será necessária instalação ainda de equipamentos maiores, face falta muitas vezes de edifícios,  
2 falou sobre a previsão de centralização do equipamento em terrenos menores, deu detalhes e resumiu as  
3 alterações da nova legislação. Informou sobre a redução dos trâmites para a aprovação para a agilização  
4 processual, antes até três anos para o licenciamento, detalhou, hoje se apresenta prazo de 3 meses para a  
5 finalização do processo. Comissão CAUAE mantida, permitindo a avaliação intersecretarias. Apresentou novo  
6 instrumento, através de site, para acompanhamento dos trâmites e aprovações. CAUAE faz as mesmas  
7 exigências de hoje. Só passará pelo CMDUA os casos em que forem construídos prédios especificamente  
8 para a telefonia móvel. Antenas isoladas sobre prédios já existentes não tramitarão mais no CMDUA. Disse  
9 que o site permitirá o acompanhamento sobre cada equipamento aprovado, facilitando a transparência. Falou  
10 sobre as multas, e deveres das empresas, licenciamento dura quatro anos, mas anualmente deverá haver  
11 medição, deu detalhes sobre os trabalhos realizados. Finalizada a apresentação, houve período para  
12 manifestações. Conselheiro **Alan** (RGP 1) questionou sobre processo de regulamentação frente à situação  
13 das antenas quanto à nível de radiação, referiu que muitas funcionam sem a regularização, e referiu a prática  
14 de se aumentar a potência de antenas para compensar quando há falta de funcionamento de uma, por  
15 exemplo. **Vicente** informou que nenhuma antena da cidade está fora dos limites de medições, disponibilizou  
16 contato de colega da SMAM que possui a propriedade sobre o assunto. **Presidente** Euclésio informou que  
17 falou com a Dr. Marchesan, do MP, quem viria à reunião, contudo pela aprovação no dia 10 (dez) da  
18 legislação que não exigirá mais o trâmite dos EVUs no CMDUA, ou seja, já que a partir do dia 17 (dezesete)  
19 não competirá mais ao Conselho esta pauta, opinou dispensável a presença, mas disse que possíveis  
20 esclarecimentos ligados ao meio ambiente poderiam ser esclarecidos por esta. Conselheira **Anadir** (RGP 6)  
21 falou sobre ERB na Tristeza instalada há oito ou dez anos, disse que é muito próxima de posto de saúde e  
22 escola, também de diversas clínicas, disse que entregou formalização para que seja averiguada a questão,  
23 questionou como se dá a fiscalização, se a comunidade deve organizar-se para agir nesse sentido,  
24 questionou o motivo de não haver compartilhamento de antenas entre operadores porque não se dá em Porto  
25 Alegre. Conselheira **Rosane** parabenizou, solicitou esclarecimentos sobre a questão da radiação e incidência  
26 de câncer, referiu comprovações científicas nesse sentido e questionou se há este acompanhamento por  
27 parte da prefeitura, ou se a questão já está superada. Conselheira **Anelise** (IUA) perguntou, na medida em  
28 que a legislação mudou, como se dará os ajustes em relação aos trâmites de processos que já estão em  
29 andamento. Gerente **Vicente** informou que em relação à radiação e câncer, o assunto é muito debatido,  
30 referiu falta de dados concretos, com verdades e mitos, disse que de uma maneira geral não há  
31 comprovações científicas, mas salientou o aspecto de precaução da legislação. Disse do comprometimento  
32 do poder público com a população, referiu o site apresentado, ferramenta que permite acompanhar e  
33 fiscalizar. A Anelise respondeu que os critérios não mudaram, apenas os trâmites. Informou que preparou  
34 informativo de perguntas e respostas para distribuir a todos. Informou que há o compartilhamento de antenas  
35 e que a intenção é de incentivar, explicou como funciona. Conselheiro **Alceu** (OP-HOCDDUA) referiu  
36 competência notória do palestrante, disse que gostaria de entender porquê a apreciação não será mais da  
37 competência do CMDUA, disse que muitas vezes se buscou que as empresas de celulares viessem, mas  
38 sempre difíceis, não cumprem a legislação. Falou sobre a “fama” do Conselho, de que os processos aqui não  
39 andam, disse que isso é uma inverdade, opinou que o que há é a demora das comissões para enviar dos  
40 processos ao CMDUA, criticou a habitualidade de se instalar as antenas antes da aprovação. Salientou a  
41 desorganização dos requerentes nesse sentido. Conselheira **Sandra** (SMURB) questionou sobre as  
42 aprovações, novos trâmites. Gerente **Vicente** informou que a lei entra em vigência dia dezesete e se  
43 buscará também encaminhar as mudanças administrativas nesse prazo. Conselheira **Fabiana** (ABES)  
44 agradeceu a disponibilidade, disse que há três anos que participa do CMDUA e sempre se aprecia antenas já  
45 instaladas, muitas vezes com autos de infração já emitidos e sem pagamento, disse que o valor da multa é  
46 baixo, opinou que falte fiscalização, e questionou se há algum tipo de ação para programa de fiscalização  
47 com devidas penalidades, questionou se a nova sistemática vem a beneficiar nesse sentido. Gerente **Vicente**  
48 (GADES) informou sobre a atualização da lei, disse que não foi atrelada a opiniões das Operadoras, disse  
49 sobre a meta de se otimizar o trâmite dos processos, salientou que as alterações não foram pensadas no  
50 sentido específico do trâmite ou não pelo CMDUA, disse que existe sistematização global de agilização dos  
51 trâmites na prefeitura, informou que existe passivo de multas não pagas, e diversas situações, referiu  
52 atuação da PGM nesse tema. Falou sobre a existência e funcionamento da CAUAE. Conselheira **Clarita**  
53 (RGP 4) questionou se a CAUAE visitou o local de instalação da antena do processo de que é relatora.  
54 Questionou se na lei não prevê a existência de acesso às antenas. Questionou como é feito o parecer e a  
55 medição. Conselheiro **Paulo Jorge** (RGP 5) falou da época da instalação da antena do morro Santa Tereza,  
56 que foi polêmica, questionou quantas antenas existem na cidade no total, questionou sobre os efetivos  
57 impactos da radiação. Conselheiro **Luis Carlos** (RGP 3) questionou por que as deficiências existem se há  
58 tantas antenas novas, questionou o motivo de a prefeitura tardar para efetivamente fiscalizar e punir as  
59 instalações irregulares, questionou quem terá o olhar mais atento sobre o impacto junto às localidades em  
60 não havendo mais o trâmite pelo CMDUA. Gerente **Vicente** salientou que representa a prefeitura, reiterou



1 PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
2 CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL - CMDUA  
3  
4

ATA 2618

1 que o trâmite sem passar pelo Conselho não se deu por motivo específico, reiterou intenção de se criar  
2 mecanismos de maior controle, transparência e fiscalização, falou sobre o papel dos órgãos Anatel e  
3 PROCON sobre a qualidade do sinal, informou sobre as medições realizadas in loco, disse que as exigências  
4 continuam, e que a lei tem anexos com os critérios a serem adotados. Deu outros detalhes e finalizadas as  
5 manifestações, distribuiu material informativo. Agradeceu a atenção e convite e recebeu salva de palmas.  
6 **Presidente** sugeriu inverter a pauta para viabilizar a continuidade da apreciação do processo Três Ponto  
7 Oito, tendo em vista também a presença do requerente. Consultou o Conselho e, não havendo  
8 manifestações contrárias, o processo foi priorizado. **Processo Três Ponto Oito. Expediente:**  
9 9002.334124.00.0.4802. **Interessado:** SMURB. **Assunto:** Valor de Solo Criado não contemplado no Relatório  
10 do preço unitário mínimo de solo criado do Decreto 18.507/2013. **Local:** MZ03 UEU 140 Quarteirão 83 – Bom  
11 Jesus - “bairro planejado Central Parque”. **Relator:** DEMHAB. **Encaminhamentos:** 1 – Vistas à RGP 4 em  
12 28/10/2014. Retornou. Conselheira **Clarita** (RGP 4) manifestou-se favorável. Conselheiro **Furtado**  
13 (DEMHAB), relator, reiterou o seu posicionamento favorável à aprovação. Conselheiro **Rogério** (Sindimóveis)  
14 questionou significado da pauta, opinou necessário esclarecer em função de manifestações da última  
15 reunião, Conselheiro **relator** informou, **Presidente** da mesma forma, não havendo outras manifestações, o  
16 parecer favorável do relator foi colocado em votação e foi aprovado, recebendo 17 (dezesete) votos  
17 favoráveis, 1 (um) voto contrário, e 4 (quatro) abstenções. **Aprovado. Presidente Cristiano** ausentou-se,  
18 solicitou ao Vice Presidente dar continuidade à sessão. Vice Presidente **Euclésio** assumiu a presidência da  
19 sessão. **Processo Três Ponto Dois. Expediente:** 002.330789.00.1. **Interessado:** 14 Brasil Telecom Celular  
20 S. A. **Assunto:** EVU - ERB “ROOFTOP”. **Local:** Av. Protásio Alves, 8443 e 8453 bairro: Zona indefinida  
21 (próximo ao Mário Quintana). **Relator:** RGP 4. **Encaminhamentos:** 1 - Diligências à CAUAE em 09/09/2014.  
22 Retornou em 28/10/2014. 2 – Reencaminhado para diligências à CAUAE em 28/10/2014. Retornou.  
23 Conselheira **Clarita** (RGP 4), relatora, informou retorno das diligências, ratificando as mesmas respostas.  
24 Posicionou-se contrária, mantendo o seu parecer. Conselheira **Fabiana** (ABES) questionou sobre o pedido e  
25 resposta às diligências. **Relatora** fez a leitura dos pareceres. Conselheiro **Jorge** (GP) informou  
26 procedimentos da CAUAE, informou que os servidores visitam os locais, informou servidor específico que  
27 informa a sua visita ao local, disse que há a informação no processo, bem como a ratificação. Salientou  
28 que existe a responsabilidade técnica, devidamente assinada. Conselheiro **Alan** (RGP 1) questionou sobre os  
29 motivos das diligências. Conselheiro **Jorge** (CAUAE) informou que as restrições se dão para a proximidade  
30 da antena de equipamento continuamente ligados, como nos casos de UTIs, deu detalhes. Conselheiro **Luis**  
31 **Carlos** (RGP 3) opinou necessário melhor averiguar, ou o CMDUA está mau preparado, no processo não  
32 discrimina a especificação do tipo de atividade, mas indica a restrição de forma genérica. Conselheira **Clarita**  
33 sugeriu que a CAUAE comparecesse no local e fotografasse a clínica, assim como a escolinha, que não dista  
34 450 metros. **Presidente** sugeriu diligências no local, com a participação da relatora. Conselheira **Fabiana**  
35 (ABES) informou regramento sobre o assunto, em relação à distância mínima de cinquenta metros, opinou  
36 necessário que a Secretaria de Saúde informe se a clínica em questão atua ou não com procedimentos  
37 cirúrgicos. Opinou que a secretaria é que tem a competência para informar. Finalizadas as manifestações,  
38 relatora disse que preferiria às diligências que o seu parecer contrário fosse colocado em votação, e em caso  
39 de ser vencido, conselheiro que não pensasse da mesma forma relatasse de outra maneira. Presidente  
40 colocou o parecer contrário da relatora em votação e o mesmo foi aprovado, recebendo 10 (dez) votos  
41 favoráveis ao seu entendimento, 8 (oito) votos contrários ao seu entendimento, e 3 (três) abstenções.  
42 **Processo Rejeitado.** Pelo adiantado da hora, os demais processos foram adiados, os quais constam abaixo.  
43 **Processo Três Ponto Três. Expediente:** 001.025306.14.6. **Interessado:** SMURB. **Assunto:** Atualização  
44 dos Valores do Solo Criado – Pequeno Adensamento e Não Adensável. **Relator:** GESTÃO.  
45 **Encaminhamentos:** Vistas à SERGS e SINDIMÓVEIS em 30/09/2014. Retornou em 14/10/2014. Vistas à  
46 SERGS, Sindimóveis, RGP 8 e Sinduscon em 21/10/2014. **Adiado. Processo Três Ponto Quatro.**  
47 **Expediente:** 002.269266.00.0. **Interessado:** Oi Móveis S. A.. **Assunto:** EVU ERB ROOFTOP. **Local:** Rua  
48 Prof. Freitas Cabral, 310 – Jardim Botânico. **Relator:** STICC. Vistas à RGP 1 em 21/10/2014. **Adiado.**  
49 **Processo Três Ponto Cinco. Expediente:** 002.210477.00.6. **Interessado:** Oi, Móveis S.A. **Assunto:** EVU  
50 ERB ROOFTOP. **Local:** Rua Gen Rondon, 1357 – Tristeza. **Relator:** RGP 8. **Adiado. Processo Três Ponto**  
51 **Seis. Expediente:** 003.002650.13.4. **Interessado:** SMURB. **Assunto:** Resolução – Inclusão de Traçado  
52 Viário. **Local:** Rua Watanabe, com início e término na Estada Afonso loureiro Mariante – Belém Velho.  
53 **Relator:** UFRGS. **Encaminhamentos:** 1 - Vistas à RGP 5 em 28/10/2014. **Adiado. Processo Três Ponto**  
54 **Sete. Expediente:** 001.105922.12.2. **Interessado:** Estela I. Moreno. **Assunto:** Elaboração de resolução para  
55 fins de desgravame de área de destinação pública para equipamento comunitário, para posterior possibilidade  
56 de alienação. **Local:** Av. Juca Batista, 2155 – Divisa dos bairros Campo Novo e Espírito Santo. **Relator:**  
57 SERGS. **Encaminhamentos:** 1 – Vistas à RGP 6 em 28/10/2014. **Adiado. Processo Três Ponto Nove.**  
58 **Expediente:** 002.073724.13.0. **Interessado:** CPU/SMURB. **Assunto:** Resolução – Alteração Código Grupamento  
59 de Atividades – GA 1 para GA 3. **Local:** Rua Silveiro – lado par da Av. José de Alencar até a Rua Dona Sofia, e lado  
60 ímpar da Av. José de Alencar até a Rua Otávio Dutra – Bairro: Menino Deus. **Relator:** ABES. **Encaminhamentos:** 1



1 PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

2 CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL - CMDUA

3

4

ATA 2618

1- Vistas à RGP 4 em 28/10/2014. **Adiado.** **Presidente** deu início às **Comunicações**. Conselheira **Fabiana** (ABES) informou sobre a publicação do Plano de manejo do delta do Jacuí pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado, referiu que o zoneamento atinge Porto Alegre. Sugeriu que o Conselho encaminhe correspondência à SMS sobre as dúvidas levantadas na reunião do dia em relação ao EVU de ERB apreciado na sessão. Conselheiro **Alceu** (OP-HOCDUA) opinou importante a discussão do dia, referiu a importância da lei das antenas de celulares, lamentou não ter ocorrido antes, opinou que não há dúvida quanto a seriedade de CAUAE, mas sim quanto a das empresas, pela correção instalação prévia à aprovação, disse que até hoje ninguém informou o valor das multas aplicadas. **Presidente** informou ser em torno de 1500 (mil e quinhentos) reais. Conselheiro **Jakubszko** (RGP 1) solicitou que se fizesse inversão de pauta apenas em reuniões extraordinárias. Sugeriu que a SMURB fizesse a publicação das falas dos conselheiros, de forma que houvesse algum tipo de divulgação à comunidade. Conselheiro **Sergio** (AREA) questionou se havia resposta ao pedido que fez para que fosse apresentado os nomes dos novas chefias ou responsáveis pelos setores com a reestruturação. Conselheira **Sandra** (SMURB) informou que a estruturação ainda não foi oficializada. **Secretária Executiva** informou que a assessoria da SMURB está planejando realizar apresentação da proposta da nova estrutura para responder à demanda do Conselheiro. Conselheiro **Rodrigo** (RG 7) informou realização da última reunião do Fórum 7, informou que a comunidade trata com a EPTC uma possibilidade de fazer ajuste em rótula perigosa na região, que causa risco ao pedestre, disse que já estão sendo realizadas reuniões nesse sentido. **Presidente** sugeriu formalizar a solicitação junto ao Conselheiro Julio (EPTC). Conselheira **Anadir** (RGP 6) questionou qual será a ação sugerida ou adotada pela prefeitura em relação à situação da ERB que teve o EVU negado na reunião do dia, tendo em vista que já está instalada. **Presidente** referiu a possibilidade de acompanhamento através do número do processo. Informou que estaria ausente nas próximas três sessões, retornando a presença ao Conselho no mês de dezembro. **Término**. Às 20:10 (vinte horas e dez minutos), foram finalizados os trabalhos do CMDUA. Eu, **Ana Paula Tomasi**, juntamente com o presidente e o vice-presidente, assino e lavro a presente ata.

25

26

27

28

29

30 **Ana Paula Tomasi**

31 Secretária Executiva

32

33

34

35

36

37

38

39

40 **Retificações aprovadas em sessão de 11/11/2014:**

41 **Folha 1, linha 24 e 25:** Incluída a presença na reunião do Conselheiro Diaran Laone Camargo (RGP 7).

42

43 **O áudio desta sessão encontra-se disponível junto à Secretaria Executiva deste Conselho.**

**Cristiano Tatsch**

Presidente CMDUA

Secretário SMURB

**José Euclésio dos Santos**

Vice - Presidente CMDUA

Entidades